

RECENSÃO

BOOK REVIEW

LADARIA, Luis F. *A trindade*: mistério de comunhão. Trad. Alda da Anunciação Machado, São Paulo: Loyola, 2009. 238 p.

Luis Francisco Ladaria Ferrer nasceu em Manacor, na Espanha, em 19 de abril de 1944. Graduou-se em direito pela Universidade Complutense de Madri em 1966, ano em que ingressou na Companhia de Jesus. Emitiu seus votos religiosos em 1968. Estudou filosofia e teologia na Universidade Pontifícia Comillas em Madri e na Escola de Filosofia e Teologia São Jorge em Main, Alemanha. Foi ordenado presbítero em 25 de julho de 1973. Obteve seu doutorado na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma em 1975, especializando-se em Antropologia Teológica. Lecionou teologia dogmática na Universidade Pontifícia Comillas e na Pontifícia Universidade Gregoriana. Atuou como membro da Comissão Teológica Internacional de 1992 a 1997. Desde março de 2004 é o secretário desta Comissão. Em 1995 foi nomeado consultor da Congregação para a Doutrina da Fé, sendo nomeado secretário da mesma em julho de 2008. Sua ordenação episcopal ocorreu em 26 de julho de 2008.

O presente livro vem a ser uma continuidade de *O Deus vivo e verdadeiro*: o mistério da Trindade, São Paulo, Loyola, 2005, o qual oferece uma visão panorâmica sobre o mistério trinitário, tanto do ponto de vista histórico quanto do sistemático. L. Ladaria não almeja ser exaustivo em relação aos problemas teológicos acerca do Deus uno e trino, configurando seu estudo a partir de temas fragmentários. O primeiro capítulo toma como referência o axioma rahneriano das relações entre a Trindade econômica e a Trindade imanente, a partir

<i>Teocomunicação</i>	Porto Alegre	v. 46	n. 1	p. 146-151	jan.-jun. 2016
-----------------------	--------------	-------	------	------------	----------------



do qual se percebe que é somente desde a economia da salvação que podemos nos adentrar no que Deus é em si mesmo. A preocupação de K. Rahner é enfatizar a comunicação soteriológica livre e gratuita de Deus aos homens, mais do que refletir sobre o mistério divino ensimesmado em sua pura imanência. Não é simplesmente casual o fato de que Deus se comporta conosco de modo trinitário. Apesar da economia não esgotar o mistério, é a única via para a teologia.

Não é possível considerar a Trindade isolada do conjunto do mistério cristão, nem mesmo dissociar as processões das missões. O Filho eterno dá a conhecer o Pai e o seu desígnio de salvação, tornando-se filho do homem. Aquele que foi eternamente gerado deve sê-lo também no tempo. O Filho como a pessoa intermédia da Trindade é o que melhor pode intermediar entre Deus e os homens, cabendo ao Filho introduzirmos na relação filial com o Pai e devolver-nos a semelhança perdida, nos divinizando. A relação de Jesus com o Pai possibilitou à tradição da Igreja falar da geração eterna do Filho, do Pai como fonte e princípio da divindade, do Espírito Santo como dom do Pai e do Filho, e que as pessoas divinas agem inseparavelmente, cada uma de acordo com aquilo que lhe é próprio.

Segundo L. Ladaria, a teologia atual enfrenta duas grandes tentações: o agnosticismo moderno, segundo o qual a revelação cristã não oferece ao homem o verdadeiro conhecimento de Deus uno e trino e a participação em sua vida; e a conceituação totalizante, que pretende esgotar o conhecimento do mistério divino, não sendo, porém, aconselhável um apofatismo total, pois como diria Agostinho, a necessidade de não calar nos obriga a dizer algo. O mistério santo se torna manifesto sem deixar de ser mistério. Uma vez que Deus é inabarcável, nenhuma figura reveladora pode dá-lo a conhecer plenamente. Segundo E. Schillebeeckx, J. Hick, P. Knitter e C. Geffré, Deus se revela na história, em formas diversas, dando origem a diferentes experiências religiosas, cujas expressões conceituais variam em cada contexto, porém, sem se deixar determinar por nenhuma delas, nem mesmo a manifestação histórica de Jesus de Nazaré é absoluta.

A economia da salvação se fundamenta na vida interna de Deus, porém, a Trindade imanente independe da economia, pois não se constitui ou se aperfeiçoa e nem se exaure na mesma. Deus se compromete efetivamente na história humana, a partir, porém, de sua transcendência, segundo seu libérrimo desígnio de amor. Deus escolheu o modo melhor e mais conveniente para revelar-se e operar a nossa salvação,

assumindo no Filho uma condescendência concreta com a condição humana, sofrendo voluntariamente as consequências do pecado. Deus não é indiferente a nós, porém, não se aprisiona ao processo do mundo. Estamos diante de magnitudes incomensuráveis. A ressurreição significa a glorificação da humanidade de Jesus, a qual não fica absorvida pela divindade, embora participe plenamente de sua realidade. A relação Pai-Filho é agora uma relação com o Filho encarnado, na qual o Pai nos ama e compartilha nossos sentimentos.

O segundo capítulo aborda o tema das três pessoas divinas na unidade da essência, e inicia com a constatação de que o termo pessoa entra no mundo cristão latino com um significado trinitário a partir de Tertuliano, enquanto que a palavra hipóstase surge no mundo grego com Orígenes. O conceito de pessoa em Deus expressa a distinção sem confusão das vozes dos sujeitos que falam, na unidade da substância divina. A afirmação dos extremos da unidade divina e da distinção das pessoas é a tarefa sempre inconclusa da teologia trinitária. A distinção pessoal ocorre na relação mútua expressa nos nomes de Pai, Filho e Espírito Santo. A relação que distingue as hipóstases concomitantemente as une na consubstancialidade, assegurando a unidade da essência na pluralidade das pessoas. Não existe Pai sem Filho nem Filho sem Pai, nem ambos sem o Espírito Santo, o nome de um insinua o outro e os três se referem mutuamente. A relação processional/existencial constitutiva da identidade pessoal irrepetível distingue, mas não separa. A unidade trinitária é o vínculo mais radical que se possa imaginar, cuja essência é o amor que tende a comunicar-se ao outro gratuitamente, constituindo comunhão em unidade e distinção.

K. Rahner considera que o conceito moderno de pessoa não dá conta da realidade trinitária. Falar de três pessoas em Deus poderia induzir a pensar em três centros distintos de consciência e de atividade, incorrendo em um triteísmo. Em Deus não há três subjetividades, mas um único ser essencial cujo poder opera a partir de uma única vontade. O Deus único subsiste em três formas distintas de subsistência, comunicadas livremente na economia salvífica. A noção de pessoa usada por K. Rahner é limitada, pois não inclui o conceito de relação. J. Moltmann propôs um modelo fundado na analogia das relações interpessoais. Para J. Moltmann, o modalismo é o inimigo constante da teologia trinitária. É um erro pensar em um eu sem um tu, pois o eu implica relação. Não existe personalidade sem relação. A ideia de subjetividade absoluta em Deus não vai além do monoteísmo. A unidade das três pessoas deve ser

entendida em um sentido aberto e comunicável, suscetível de integração e participação. A união da tri-idade divina ocorre na autodiferenciação comunal das pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo em *perichoresis* ou inabitação mútua, as quais são personalidades distintas e relacionadas, em igualdade, sem subordinacionismo.

Segundo H. Mühlen, o Pai e o Filho, eu e tu divinos, produzem o Espírito Santo como o nós da relação. O nós divino suscita o nós humano, tornando o ser humano um ser eclesial, que vive com e para os outros em intersubjetividade. A pessoa humana, assim como as pessoas divinas, só existe em intercomunicação e em doação, nunca no isolamento. A unidade das pessoas divinas é dada pela essência divina identificada com a perfeição do ser no amor. Sem alteridade não poderia haver verdadeiro amor. O amor não pode tender à uniformidade, nem eliminar ou reduzir as diferenças. O amor em Deus faz emergir a distinção *ad intra* e *ad extra*, sendo a causa da existência das criaturas como aquele algo diferente de Deus, pois o amor se dirige ao outro edificando o nós pelo transbordamento da própria plenitude.

O terceiro capítulo trabalha alguns aspectos da teologia sistemática recente a respeito de Deus Pai. Por ser Pai, fonte e causa de toda a divindade, Deus não é solitário, mas é princípio de comunicação e abertura. Ao Pai normalmente se dirige a oração da liturgia latina. De acordo com K. Rahner, na maioria dos casos que o Novo Testamento fala de Deus, refere-se à pessoa do Pai, identificando com Ele o Deus do Antigo Testamento. A partir da história W. Pannenberg afirma que o Pai entrega tudo ao Filho, fazendo depender dele o seu Reinado. O Filho, por sua vez, glorifica o Pai. Na cruz, o Pai e o Filho dependem da ação do Espírito que será quem ressuscita Jesus dentre os mortos, como condição de possibilidade temporal e eterna da união do Pai e do Filho. Cada uma das pessoas é foco de diversas relações caracterizadas por entrega mútua e doação total como autocomunicação. Para G. Greshake, a essência divina é comunhão, existe somente no intercâmbio pericorético entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, correlativamente dando e recebendo uns dos outros. Deus é a vida em comunhão de pessoas que têm o seu ser a partir do outro e para o outro.

No ritmo do amor, o Pai é o dom original que dá fundamento e consistência à *communio*. O Filho é o ser como acolhida, que recebe o dom e o devolve. O Espírito Santo é puro receber que corresponde em glorificação ao Pai e ao Filho, sendo fruto e ao mesmo tempo vínculo de amor. O amor infinito e a doação completa que transbordam do Pai,

mais do que mútua dependência, suscita igualdade, comunhão plena e perfeita reciprocidade relacional entre as pessoas divinas. Para H. U. von Balthasar, o despojamento ou esvaziamento de si por parte do Pai na geração eterna do Filho, não reservando nada para si, gera em Deus uma distância infinita e funda a *kénosis* histórica do Filho na encarnação. Aqui está a condição de possibilidade de todas as distâncias das criaturas e da dor do mundo. Deus não pode ser Deus a não ser nesta *kénosis* intradivina, causa supratemporal de todo drama possível. Na vida íntima de Deus está o fundamento de tudo o que se realiza na história da salvação.

No quarto capítulo, L. Ladaria encerra seu livro tratando da questão do Espírito do Pai e do Filho. Recorda o significado do batismo de Jesus no qual recebe o Espírito Santo como homem para dá-lo à humanidade, santificando-a conaturalmente. Em Jesus o Espírito se habitua a habitar na humanidade. A unção de Jesus é necessária para o cumprimento de sua missão evangelizadora e tem uma finalidade soteriológica para toda a humanidade, pois comunica a filiação adotiva aos homens. Jesus recebe o Espírito enquanto se fez homem por nós, pois não recebe nada para si, é tudo para nós. Para Tomás de Aquino, a plenitude da graça do Espírito Santo é consequência da união hipostática.

O Espírito do amor se encontra entre o Pai e o Filho em um movimento de fluxo e refluxo, procedendo de ambos e realizando a unidade e a *communio* como *amor unitivus duorum*. Tanto na economia como na imanência as pessoas divinas relacionam-se segundo uma ordem determinada. Porém, Basílio de Cesareia e Gregório de Nazianzo falam de uma precedência do Espírito à vinda de Cristo ao mundo, tornando possível a encarnação. H. U. von Balthasar chama isso de inversão trinitária, a qual designa uma prioridade do Espírito sobre o Filho durante o tempo de sua vida mortal. L. Ladaria chama a atenção que a doação do Espírito depois da ressurreição, passando do *status exinanitionis* ao *status exaltationis*, deixará claro que o Espírito é do Pai e do Filho. Além do mais, podemos perceber que o Espírito é um poder de que Jesus dispõe quando cura, faz milagres ou expulsa demônios, estando a ocultação do fato de que o Espírito é também do Filho em correspondência com a *kénosis* do Filho. A ressurreição será a revelação plena do mistério trinitário de perfeita comunhão, comunicação e intercâmbio de amor que transborda em doação gratuita e livre, e possibilita a nossa participação na vida da Trindade.

L. Ladaria faz um apanhado histórico bem fundamentado dos temas trinitários em questão, vai às fontes e dialoga com diferentes visões, porém, não deixa bem esclarecida a sua posição pessoal, a não ser pela escolha e encadeamento dos assuntos e pelo ordenamento dos autores que cita. Ao que parece, L. Ladaria se situa dentro do paradigma relacional e comunal, superando uma visão monolítica e absolutista a respeito da Trindade. Tomar como ponto de partida o axioma rahneriano, ajuda a enfatizar a importância do elemento histórico-salvífico em detrimento das discussões mais metafísicas a respeito das processões trinitárias. Trabalhar o tema da Trindade como mistério de comunhão abre novas perspectivas para a eclesiologia e a antropologia teológica no que diz respeito à união humano-divina e o destino escatológico do ser humano, vocacionado a participar da vida divina.

Importante sublinhar como L. Ladaria trabalha com a ideia de que a distinção não significa separação, e que a unidade em Deus se dá na pluralidade vinculada pela doação na alteridade radical. Deus aparece assim como mistério relacional e comunal, gênese transcendente e arquetípica da comunhão humana, e modelo de relacionamentos saudáveis e gratuitos, que respeitam as identidades e valorizam a diversidade. A categoria de comunhão favorece pensar a tolerância e principalmente a alteridade irreduzível a que a Igreja é chamada a alimentar como comunidade de fé e amor, e ajuda a teologia a elucubrar a respeito da linguagem humana sobre Deus prescindindo de toda conceituação uniformizadora e totalizante.

Tiago de Fraga Gomes

Doutorando em Teologia pela PUCRS, Bolsista da CAPES.

Recebido em: 17/06/2016

Aprovado em: 13/09/2016